

1 **ATA DA 1ª REUNIÃO ORDINÁRIA DO ANO DE 2021 DO COMITÊ DA BACIA**
2 **HIDROGRÁFICA DOS AFLUENTES MINEIROS DOS RIOS MOGI-GUAÇU E PARDO**
3 **(GD6), REALIZADA NO DIA 11 DE FEVEREIRO DE 2021 POR**
4 **VIDEOCONFERÊNCIA**

5 Aos onze dias do mês de fevereiro do ano de dois mil e vinte e um, às nove horas e
6 trinta minutos, deu-se início a 1ª Reunião Ordinária do Comitê da Bacia Hidrográfica do
7 dos Afluentes Mineiros dos Rios Mogi-Guaçu e Pardo (CBH Mogi-pardo GD6),
8 realizada de forma não presencial, pela plataforma Jitsi Meet, para discussão dos
9 seguintes itens de pauta: **Item I** - Abertura da sessão pelo Presidente do Comitê,
10 execução do Hino Nacional, verificação de quórum e leitura das justificativas de
11 ausência; **Item II** - Aprovação das Atas das reuniões dos dias 12/11/2020 e 04/12/2020;
12 **Item III** - Considerações acerca do acompanhamento do caso das denúncias de
13 contaminação no corpo hídrico no município de Santa Rita de Caldas e da denúncia ao
14 entorno da INB; **Item IV** - Questionamento sobre quais as análises de agrotóxicos são
15 feitas na área de atuação deste comitê de bacias Mogi-Pardo; **Item V** - Proposta de
16 Deliberação Normativa sobre o rebaixamento de lençol freático para construção civil
17 **Item VI** - Discussão sobre o Plano de Ação do Plano Diretor de Recursos Hídricos;
18 **Item VII** - Assuntos Gerais e **Item VIII** - Encerramento. **Membros presentes:** Na
19 reunião estiveram presentes 34 (trinta e quatro) membros, representando 29 (vinte e
20 nove) Instituições, sendo os seguintes membros da Diretoria: **Presidente Rogério**
21 **Araújo Dias (Associação Nacional dos Serviços Municipais de Saneamento -**
22 **ASSEMAE), Secretário Juvenal Nogueira Marques (Secretaria do Estado de Meio**
23 **Ambiente e Desenvolvimento Sustentável - SEMAD), Secretária Adjunta Rafaela**
24 **Macedo Soares (Prefeitura Municipal de Guaxupé) e João Luiz Magalhães**
25 **Teixeira (Conselho Regional de Engenharia e Agronomia de Minas Gerais -**
26 **CREAMG); e os seguintes Conselheiros: Newton Eleutério Ramos (Polícia Militar do**
27 **Estado de Minas Gerais - PMMG), Eduardo de Araújo Rodrigues (Instituto**
28 **Mineiro de Gestão das Águas - IGAM), Leonel Satiro de Lima (Empresa de**
29 **Assistência Técnica e Extensão Rural do Estado de Minas Gerais - EMATER),**
30 **Giovani Adison Grande (Secretaria de Estado de Saúde - SES), Renato Pan**
31 **(Instituto Estadual de Florestas - IEF), Antônio Carlos Ferreira de Carvalho**
32 **(Prefeitura Municipal de Bandeira do Sul), Claudio Junior Araújo (Prefeitura**
33 **Municipal de Andradas), Pedro Lopes Lucas de Amorim (Prefeitura Municipal de**
34 **Andradas), Priscila Magne Bueno (Prefeitura Municipal de Santa Rita de Caldas),**
35 **Samira Fróes de Oliveira (Prefeitura Municipal de Bueno Brandão), Giovanna**
36 **Ferreira Nascimento (Prefeitura Municipal de Caldas), Antônio Carlos Alvisi**
37 **(Prefeitura Municipal de Poços de Caldas), Sérgio Luiz Resende (Companhia de**
38 **Saneamento de Minas Gerais - COPASA), Renato Nogueira Pizol (Alcoa Alumínio**
39 **S/A), Ivo Aparecido Paparotte (Indústria e Cerâmica Andradense S.A. – ICASA),**
40 **Fábio Augusto Zincone (DME Energética S.A.), Laene Fonseca Vilas Boas**
41 **(Federação das Indústrias do Estado de Minas Gerais - FIEMG), Marcos Vinicius**

42 **Rocha Miranda (Departamento Municipal de Água e Esgoto de Poços de Caldas -**
43 **DMAE), Josimar dos Reis Marques (Departamento Municipal de Água e Esgoto de**
44 **Poços de Caldas - DMAE), Luiz Renato Musa Machado (Associação dos**
45 **Mineradores do Planalto de Poços de Caldas - ASMIPC), Antônio Carlos Sales**
46 **(Associação dos Engenheiros, Arquitetos e Agrônomos de Andradas - ASSEA),**
47 **José Edilberto da Silva Resende (Associação Poços Sustentável - APS), Kelly**
48 **Ribeiro de Andrade Almeida Di Tommazi (Agência Regional de Proteção**
49 **Ambiental da Bacia do Rio Grande - ARPA Rio Grande), Irineia Ardissom da**
50 **Silveira Souza (ONG Planeta Solidário), Maria Teresa Mariano (Sociedade Mineira**
51 **de Cultura - Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais - PUC/MG Campus**
52 **Poços de Caldas), Ana Paula Brescancini Rabelo (Sociedade Mineira de Cultura -**
53 **Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais - PUC/MG Campus Poços de**
54 **Caldas), Cláudio Antônio de Andrade Lima (Universidade Federal de Alfenas -**
55 **UNIFAL-MG), Ângela Maria Martins Marques dos Santos (Conselho Regional de**
56 **Engenharia e Agronomia de Minas Gerais - CREAMG), Valnei José de Melo**
57 **(Nascentes do Alto do Rio Pardo e seus afluentes - NARP), Claudiomir Silva**
58 **Santos (Instituto Federal do Sul de Minas - Campus Muzambinho). E o convidado:**
59 **Luiz Antônio da Silva (Representante da DLT Indústria e Comércio de Produtos**
60 **Alimentícios Ltda. ME de Santa Rita de Caldas). Item I - A reunião foi aberta pelo**
61 **Presidente Rogério Araújo Dias, o qual agradeceu a presença de todos e desejou uma**
62 **boa reunião. Na sequência, o Presidente solicitou a execução do Hino Nacional.**
63 **Verificou-se o quórum e a secretária fez a leitura das justificativas de ausências.**
64 **Passou-se então para o Item II - Aprovação das Atas das reuniões dos dias**
65 **12/11/2020 e 04/12/2020:** após as devidas correções, as atas da 3ª Reunião
66 Extraordinária do CBH GD6 (12/11/2020) e da 4ª Reunião Extraordinária do CBH GD6
67 (04/12/2020) foram aprovadas. Em seguida, iniciou-se a discussão sobre o **Item III -**
68 **Considerações acerca do acompanhamento do caso das denúncias de**
69 **contaminação no corpo hídrico no município de Santa Rita de Caldas e da**
70 **denúncia ao entorno da INB:** O Presidente Rogério passou a palavra a Laene que
71 disse que, como representante das indústrias e, diante das denúncias, buscou os
72 empresários que foram denunciados na questão de Santa Rita de Caldas, para auxiliá-
73 los, pois o papel da FIEMG é instruir e ajudar. Portanto, ela convidou os representantes
74 da DLT Indústria e Comércio de Produtos Alimentícios Ltda. ME (Batatas Minas Fritas)
75 e também o representante da Indústria de Laticínios, estando presente apenas o Sr.
76 Luiz Antônio. Contudo, como os conselheiros Alvisi e Maria Teresa já tinham dito que
77 não poderiam ficar até o fim da reunião, devido à outros compromissos, com a
78 concordância da maioria dos conselheiros, as pautas foram invertidas, passando-se
79 então para o **Item V. Proposta de Deliberação Normativa sobre o rebaixamento de**
80 **lençol freático para construção civil:** O conselheiro Alvisi iniciou pedindo vistas ao
81 processo por não estar devidamente municiado de todos os dados que gostaria para
82 participar do debate, tendo em vista o período de mudança do governo. Disse também

83 que precisa ter um parecer melhor das equipes envolvidas para evitar entrar em conflito
84 com a Legislação Municipal e que se preocupa com essa limitação de prazo para as
85 outorgas com relação ao rebaixamento, garagens subterrâneas, etc. Pediu que este
86 debate fosse levado para uma próxima reunião para que ele consiga trazer mais dados
87 para enriquecer o mesmo. Parabenizou a iniciativa do Comitê de se preocupar com a
88 proteção das águas termais de Poços de Caldas e disse que todos deveriam colaborar
89 no sentido de ter uma legislação e a atuação do Comitê no mesmo sentido, para
90 harmonizar os trabalhos a fim de evitar possíveis futuros conflitos. A conselheira
91 Ângela pediu a palavra e respondeu ao Alvisi que se solidariza com a posição dele
92 pois, nas duas atas que foram aprovadas, ela fez questão de deixar bem claro que ela
93 fez uma “minuta” de proposta e pediu à presidência e à diretoria nas duas reuniões que
94 avaliasse a possibilidade dessa DN passar pelas Câmaras Técnicas (CTs) e que,
95 somente depois das análises das mesmas, o assunto fosse levado à plenária. Sendo
96 assim, disse que ficou surpresa, assim como ele, que esta proposta estivesse sendo
97 levada à plenária, porque sempre as ações foram levadas por este caminho: a diretoria
98 avalia se há uma possibilidade, uma pertinência e neste caso, as câmaras técnicas
99 fazem a sua avaliação e depois a plenária faz a sua avaliação final, se há necessidade
100 de novos pedidos de vistas. Ela, como autora da proposta, frisou que a mesma é
101 apenas uma minuta, passível de afinamentos com a política do município em especial,
102 porque fala de toda a bacia, mas tem uma coincidência com as fontes termais e
103 sulfurosas que existem na bacia. O presidente Rogério respondeu que concorda, que
104 enviou às CTs, mas não recebeu nenhum retorno sobre este assunto. Perguntou
105 novamente se todos receberam e leram e ninguém se manifestou. Então ele propôs
106 instituir um Grupo de Trabalho (GT) para este fim e colocou esta questão para que
107 todos se manifestassem, se formariam este grupo ou se continuariam com as CTs
108 trabalhando nesta proposta e pediu o auxílio da plenária para discutir este assunto.
109 Laene pediu a palavra e disse que além da CT e do posicionamento do município,
110 conforme a fala do Alvisi, ela gostaria também de um parecer jurídico do IGAM, um
111 posicionamento do Estado sobre este tema e pediu para o Eduardo solicitar ao jurídico
112 do IGAM para auxiliar, por ser uma deliberação normativa. Eduardo respondeu que, a
113 respeito desta DN, a mesma foi enviada ao IGAM no final do ano passado pela
114 diretoria, mas não chegou a ser analisada porque o presidente Rogério disse que
115 enviaria primeiro às CTs para ser feita a revisão. Disse que insistiu ao comitê para
116 tratar deste assunto porque estavam criando problemas nas análises das outorgas por
117 não ter a fundamentação e a devida normatização para fazer. Lembrou que o comitê
118 tem uma secretaria executiva, mas que o IGAM é a agência de bacias de todos os
119 comitês que não tem agência de bacia contratada pela cobrança e, neste caso, é o
120 IGAM o órgão competente para fazer a análise final de deliberações, principalmente
121 que vertem sobre assuntos associados à instrumentos de gestão de recursos hídricos,
122 que neste caso são dois: o enquadramento de corpos de água e a outorga de corpos
123 de água, porque as restrições são diretamente associadas à estes instrumentos. Então

124 isto passa pela procuradoria do IGAM que tem que aprovar juridicamente a DN e
125 também pela diretoria de planejamento que é quem trata de outorga, enquadramentos
126 e dos demais instrumentos de gestão. Explicou que o processo é: a plenária demanda,
127 a CT avalia, analisa e responde se a demanda conta; que a CT tem o papel de dar
128 consulta à plenária, ou seja, de responder às questões técnicas que a plenária precisa
129 e que neste caso, foi encaminhada uma demanda para a CT e ela devolveu a minuta,
130 mas estas minutas normalmente passam pelo IGAM. Portanto, poderia ser
131 encaminhada diretamente ao IGAM, dizendo que a plenária quer fazer uma deliberação
132 sobre o enquadramento de corpos de água, sobre restrição de uso, solicitar os estudos
133 e depois discutir e a CT apresentar para a plenária. Desta forma, tem-se os ritos todos
134 cumpridos e passa-se por todas as questões técnicas e jurídicas que podem criar
135 percalços de trazer para a plenária, para não correr o risco de chegar e acontecer
136 como o Alvisi colocou, que o município e os usuários e a sociedade civil tem demandas
137 e que tem que ouvir todos os atores para fazer alguma restrição de uso. Disse que é
138 uma questão importante para todos, mas é uma questão sobretudo ligada ao
139 enquadramento e isto tem que ser feito com toda a regularidade. O presidente Rogério
140 disse que entende que não tem uma minuta ainda, tem apenas uma proposta da
141 conselheira Ângela. E reforçou dizendo que a proposta dele é para que o grupo
142 trabalhe na confecção desta minuta para encaminhar ao IGAM. Logicamente que o
143 IGAM também faz parte das considerações do Comitê e propôs tratar disto na reunião,
144 decidir se convoca uma reunião extraordinária, se monta um grupo de trabalho e
145 perguntou quem se candidataria a abraçar esta proposta e trazer suas contribuições.
146 Eduardo interveio falando sobre a colocação da pauta, que quando se coloca um item
147 como foi colocado no item 5, “proposta de deliberação”, em cada subitem deve-se
148 colocar um verbo que defina o que vai ser tratado, como por exemplo, neste caso,
149 poderia ter sido colocado “apresentação da proposta de deliberação”. Ainda sobre a
150 organização do comitê, se todos concordarem na plenária com esta colocação, é só
151 fazer um encaminhamento pela plenária para a CT fazer a primeira leitura e verificar se
152 cabe um grupo de trabalho ou não neste momento ou se ela própria pode redefinir pra
153 devolver à plenária para depois encaminhar ao IGAM. O presidente Rogério questionou
154 se poderia abrir uma votação para fazer a instituição deste grupo de grupo de trabalho,
155 se teria que passar pela câmara primeiro. Eduardo interveio dizendo que pode fazer
156 sim, que a questão é só saber se há a necessidade, que gostaria de ouvir a conselheira
157 Ângela sobre isto. João Luiz pediu a palavra e propôs olhar com a Raissa (CREA) que
158 preside a CTIG, sobre uma minuta de DN que define os critérios para a regularização
159 do uso de águas subterrâneas nas unidades de planejamento e gestão de recursos
160 hídricos do Estado de Minas Gerais, por coincidência. Que esta minuta também não
161 fala nada de rebaixamento de lençol freático, e, conversando com a Raissa sobre isto,
162 ele acha que o caminho ideal seria a CTIG fazer esta DN porque ela é feita pelo
163 Conselho Estadual de Recursos Hídricos e que não é só Poços de Caldas que tem
164 águas sulfurosas e termais, tem também outras cidades como São Lourenço, Lambari,

165 Caxambu, onde a preocupação é a mesma de Poços de Caldas. Então ele acha que o
166 caminho seria provocar a CTIG para que ela emita uma DN nova. Maria Teresa pediu
167 para se manifestar e respondeu ao João Luiz que, como ele não participou das
168 reuniões, nas últimas outorgas, por orientação do próprio Eduardo, deveria-se elaborar
169 DNs para “poder nos proteger e nos ajudar nas decisões das outorgas” e disse que foi
170 por este motivo que esta minuta foi feita. Então, na opinião dela, deveria-se enviar
171 direto para análise do estado e falar desta demanda do Comitê, porque no
172 entendimento dela, estas deliberações poderiam ser elaboradas para casos
173 particulares, para proteger as águas, no caso sulfurosas, e destacando Poços de
174 Caldas. Então, ela concorda que deve passar direto para o jurídico de BH e fazer uma
175 sugestão para incluir todas estas questões de águas sulfurosas e rebaixamento do
176 lençol das cidades que possuem problema com água subterrânea. Reforçou que
177 estamos precisando de uma DN que proteja as águas subterrâneas principalmente
178 sulfurosas, termais e as minerais, constando inclusive as pessoas que exploram as
179 águas minerais e as pessoas que querem manter estas águas de boa qualidade, e que
180 é este o papel do Comitê. Eduardo respondeu à Maria Tereza e ao João Luiz que
181 existem sim outras DNs de águas subterrâneas, inclusive de monitoramento de
182 qualidade de água subterrânea e de quantidade de outorga, que normalmente são
183 elaboradas pelo IGAM da mesma forma que relatou aqui, tecnicamente e juridicamente
184 e que vão ao conselho estadual para análise, às vezes por demanda do conselho, às
185 vezes até por caracterização técnica que o IGAM leva à plenária do CRH. Neste caso,
186 como a Ângela bem lembrou, trata-se de um aspecto relativamente particular, que é um
187 problema que se avistou a partir da questão do plano diretor de um tratamento especial
188 para uma certa área, para um polígono das águas termais, onde vem ocorrendo
189 rebaixamento do lençol freático para a edificação de garagens subterrâneas. Então, na
190 verdade, seria um caso bem específico onde precisariam pensar se isto vai cair em
191 uma DN ou no CRH, mas de qualquer forma a Maria Tereza relatou muito bem quando
192 disse que esta é uma questão que pode ser levada como um ponto a mais pro CRH e
193 que o IGAM pode observar e se retratar sobre isto, orientando qual é o processo
194 técnico-jurídico mais adequado pra este tipo de questão, lembrando que esta é uma
195 questão pontual que está associada à macro questão das águas subterrâneas como o
196 João Luiz lembrou muito bem. Ângela tomou a palavra e esclareceu que esta proposta
197 nasceu na última discussão da câmara técnica, no pedido de outorga de 440.000 litros
198 de água sendo bombeados por dia do lençol freático (a 192m da fonte dos macacos) e
199 retornando ao ribeirão central em Poços de Caldas. Então é preciso dar prioridade a
200 esta questão deliberativa, pois não se teriam subsídios pra dizer não à esta outorga.
201 Resumindo: O que se trata na deliberação é o quanto se dispõe de água subterrânea
202 no entorno das fontes sem que elas sejam impactadas negativamente e
203 irreversivelmente, da prioridade de uso, que seria o que o município já tem de uso das
204 águas termais para banhos, para turismo, a preservação de um uso que se torna
205 prioritário na bacia em detrimento a outros usos como rebaixamento permanente nas

206 proximidades da fonte para construções. E prosseguiu dizendo que esta deliberação,
207 como o Eduardo bem colocou, tange vários aspectos muito particulares de entorno de
208 fontes. E que se fossemos levar realmente a sério o trabalho feito e pago pela
209 Prefeitura e pelo DNPM, todo o município de Poços de Caldas não poderia rebaixar e
210 nem retirar água subterrânea. Por isto fez questão de citar o trabalho do Pedro, de
211 DNPM, de proteção de fontes, seria todo o entorno e não os meros 500 metros e que,
212 se houver trabalho de proteção, será adotada a proteção do trabalho técnico. Sendo
213 assim, ela concorda que o tema vá para o IGAM, até mesmo para dizer que existe
214 problemática e conflito de uso. E prosseguiu dizendo que é a primeira vez em vinte
215 anos que alguém ousa dizer que o IGAM é o nosso órgão gestor e que estas questões
216 serão levantadas e analisadas, tendo-se um instrumento de outorga e a prioridade de
217 uso como ponto central. Juvenal pediu a palavra e disse que, como coordenador da
218 Câmara de Outorga, ele percebeu que este hiato que ocorreu na pauta da reunião a
219 respeito da proposta da Ângela se deu devido a uma questão de final de ano, de
220 mudança de composição, etc. e que o que ele queria na verdade é que o IGAM
221 opinasse sem prejuízo das discussões, para as coisas ocorrerem concomitantemente.
222 Na opinião dele deve-se discutir aqui primeiro, através de um GT, somando com as
223 discussões da CT de Meio Ambiente e da CT de Outorga para somente depois enviar
224 para o IGAM para que o mesmo dê o parecer final sobre a questão jurídica e de
225 redação formal. Laene interveio dizendo que tem vários atores que querem contribuir e
226 nem todos estão na CT, inclusive na FIEMG estão analisando também e que precisam
227 de um pouco mais de tempo para encaminhar informações. Lembrou também que o
228 Alvisi vai fazer o posicionamento da Prefeitura, então ela concordou que a CT de
229 Outorga ou outras, poderiam receber estas sugestões, elaborar esta estrutura, discutir
230 esta minuta feita pela Ângela e só depois enviar para o IGAM com o posicionamento e
231 contribuições de cada um, com o escopo feito pela CT, para que dê andamento dentro
232 do órgão ambiental, caso contrário isto poderia demorar muito. João Luiz pediu a
233 palavra, concordou com a Laene e disse novamente que vai perguntar para a Raíssa,
234 presidente da CTIG, se já existe alguma DN em gestação que fale sobre o
235 rebaixamento de lençol freático, para ganhar tempo, pois ele se lembra deste assunto
236 há 10 anos atrás, quando ele era coordenador da CT de Outorga, onde aprovaram o
237 rebaixamento do lençol freático para dois edifícios de Poços de Caldas. Lembrou que
238 este assunto é recorrente e até hoje não tem uma normativa pronta. Disse que a
239 preocupação da Ângela é real, mas tem que ter uma decisão do IGAM, para ter uma
240 segurança jurídica, antes de votar sobre isto. O presidente Rogério concordou com as
241 colocações e perguntou novamente se criaria o GT ou se aguardaria as CTs, e para
242 isto deveria-se definir uma data de reunião da CT sobre este assunto, seja de todas as
243 câmaras ou da CT de Outorga, para efetivar realmente o passo seguinte, mas que
244 precisaria da aprovação da conselheira Ângela. Ângela respondeu que gostaria que
245 desvinculasse a proposta dela ao nome dela ou ao CREA. Deixou claro que foi uma
246 proposta de uma representante do CREA mas também uma contribuição particular de

247 uma cidadã aqui da bacia, mesmo porque ela é só uma suplente e que não ela não fez
248 nenhuma consulta oficial ao CREA para saber se isto realmente era uma proposta
249 viável pela Instituição. O presidente Rogério retomou a palavra e questionou
250 novamente sobre a criação do GT e Laene respondeu que é a favor. Eduardo voltou a
251 falar que existe uma demanda de interesse local e que poderia versar sobre ela no
252 ambiente do comitê sim. Mas lembrou que a respeito desta proposta da Ângela, como
253 ela mesma falou, não é uma demanda do CREA e sim uma contribuição de uma
254 pessoa que conhece muito bem a bacia, que conhece o problema e também insistiu em
255 lembrar que quem faz estes estudos para o comitê normalmente é o IGAM como
256 gestor, agência de bacias de todos os comitês que não tem agência, porque conta com
257 150 pessoas trabalhando em um estado do tamanho de Minas Gerais. Frisou que a
258 menor agência de bacias que ele conhece em Minas tem 60 pessoas trabalhando só
259 na bacia e que o IGAM tem a qualificação executiva que o comitê normalmente não
260 tem, ou seja, tem pessoal para administração, tem pessoal para corpo técnico e que
261 aqui, temos o privilégio de ter a Ângela como profissional da área de água subterrânea,
262 que é uma geóloga que conhece muito bem o assunto e que ajuda nestas empreitadas.
263 Mas em geral esta demanda vai ao IGAM, para que ele faça um estudo e apresente
264 uma proposta para o comitê como ele faz com o CRH, que o João Luiz lembrou muito
265 bem, pois o IGAM é a secretaria executiva do CRH. Mas o que se tem neste momento
266 é um trabalho técnico da Ângela que já tem a predisposição da FIEMG para
267 acrescentar alguma coisa, do Alvisi pela Prefeitura, então talvez possa se discutir
268 melhor a intenção do Comitê, antes de encaminhar ao IGAM. A questão se vai criar um
269 GT ou não, se reduz a mesma questão o tempo todo: qualificação. E ressaltou ainda
270 que se for um assunto que demanda outros atores com qualificação sobre isto, o ideal
271 é formar um GT, pois nele você pode inclusive convidar gente de fora da bacia,
272 professores, pessoal do CREA e chamar os atores e as representações e talvez fazer
273 outras referências, acrescentar alguma coisa que eventualmente a Ângela não tenha
274 colocado, apesar dela estar muito ciente do problema. Disse também que a DN tem
275 que ter um alinhamento com o plano da bacia com as diretrizes de gestão de água
276 subterrânea, que tem que ser feita uma revisão dos planos de bacia, inclusive todos os
277 comitês estão colocando o plano de bacia na pauta porque muita gente sequer
278 conhece o plano de bacia e precisa ver se ele tratou bem esta situação, o que está
279 bem relatado na minuta da Ângela. Até porque talvez surjam disto duas propostas para
280 o IGAM: de revisar este item no plano e também o de propor uma minuta de
281 enquadramento mais adequada. Porque a restrição de uso é uma forma de enquadrar
282 e que este é o assunto mais polêmico que se tem hoje na gestão de recursos hídricos.
283 Explicou que o correto seria o Comitê deliberar e a CT dar a consulta e que só pode
284 criar um GT se ela devolver isto para a plenária e a plenária decidir se vai criar. Quem
285 cria o GT é a plenária que tem vontade de decisão. A CT é só consultiva, só responde
286 as demandas que a plenária pede. O presidente Rogério interveio dizendo que a
287 plenária teria que concordar com a criação do GT e Eduardo complementou que talvez

288 o ideal seria fazer a proposta de criar um GT e tratar da ocupação, do preenchimento
289 deste grupo, ad referendum, da forma que a plenária entendesse que seria melhor.
290 Laene sugeriu criar o GT e colocar as entidades CREA, FIEMG, etc. Sendo assim, as
291 entidades fariam o encaminhamento dos representantes que escolhessem, dentro de
292 um prazo estipulado. A palavra foi passada ao Edilberto que fez uma breve
293 recapitulação dizendo que este assunto não é novidade pra ninguém e que ficou
294 surpreso quando o Alvisi pediu vistas porque isto não foi discutido agora e que basta
295 analisar pelas atas anteriores. Concordou com o João Luiz que disse que há 10 anos
296 vem discutindo a mesma coisa. Disse que rebaixamento é rebaixamento em qualquer
297 cidade. E que tem uma peculiaridade que é a água mineral que tem que ser tratada.
298 Reputou que deve ser mantido o parecer do IGAM pois uma vez sendo direcionado o
299 que precisa discutir e ajustar sobre Poços de Caldas, produziria uma proposta de DN já
300 com direcionamento vindo do IGAM. E reforçou o que deve ser definido, a revisão do
301 plano de bacias, do plano diretor e já aproveitar o momento e definir esta DN sobre
302 esta ocupação e rebaixamento aqui em Poços de Caldas. O presidente Rogério então
303 pediu para abrir a planilha de frequência e verificar com a plenária se criaria ou não o
304 GT. Edilberto voltou a falar que é melhor deixar o IGAM, que já tem uma estrutura
305 pronta, fazer este direcionamento e vir com o trabalho bem adiantado. O presidente
306 Rogério questionou se o IGAM não poderia fazer parte do GT, ao que Edilberto
307 respondeu que fazer o GT é diferente de já vir com o direcionamento e que, como a
308 essência da proposta é a de rebaixamento, preservação, recurso hídrico e gestão de
309 conflito, isto deve ser tratado no comitê para que seja otimizado o tempo de todos e
310 ressaltou ainda que isto será discutido na CTIG e só depois a plenária decidiria se
311 precisa de um GT ou só a CT já enviaria o trabalho pronto. O presidente Rogério então
312 propôs fazer as duas coisas: criar o GT e pedir o parecer do IGAM. Eduardo interveio e
313 fez um contraditório à fala do João Luiz, pois disse que tem duas manifestações dentro
314 do plenário, de pedido de revisão e de vistas da minuta. Portanto, ele não vê problemas
315 em criar o GT e trabalhar o mesmo para ser articulado com a diretoria do IGAM e a
316 diretoria de planejamento, encaminhando para o IGAM tudo o que for feito e o IGAM
317 devolver. Porque se for feito como o Edilberto falou, corre o risco de chegar aqui e ter
318 novas inserções e ter que voltar para o IGAM e assim criar um problema maior. Porque
319 o IGAM vai ter que disponibilizar uma pessoa para fazer esta análise e é melhor que
320 esta pessoa esteja junto acompanhando. Edilberto concordou com o Eduardo e
321 perguntou se é possível o João Luiz compartilhar o que ele vai colher da Raíssa, se já
322 tem algum parecer do IGAM neste sentido e tudo é uma questão de ajustar a ordem e
323 otimizar para que não se perca mais tempo. Eduardo voltou a falar que na diretoria do
324 IGAM tem o pessoal da área de geologia, a Isadora por exemplo, que é colega da
325 Ângela, que faz esta análise de águas subterrâneas, então provavelmente ela é que
326 deve estar analisando junto com a Raíssa no CRH a DN de águas subterrâneas e por
327 isto as informações do que estiver sendo discutido a nível estadual serão recebidas e
328 ajustadas com o Comitê. O presidente Rogério então abriu a votação e Ângela retomou

329 a palavra e pediu que a mesa discriminasse exatamente o que seria votado, quais as
330 propostas, pois para ela ficou confuso o que está acontecendo. Claudiomir propôs
331 assumir a direção do GT. Ângela propôs consultar o RI para verificar sobre a atribuição
332 da criação de GTs e também os recursos necessários para contratação de consultor,
333 caso seja necessário. Após várias sugestões, ficou decidido portanto que haveria mais
334 duas opções na votação: encaminhar direto para o IGAM ou encaminhar para a CT e
335 perguntou para a Ângela se desta forma estava clara a proposta da votação ao que ela
336 respondeu que, como o titular do CREA estava presente, o voto seria dele. Eduardo
337 lembrou que isto já foi suspenso no IGAM porque o comitê ainda iria rever, que em
338 novembro/2020 encaminharam e em dezembro/2020 pediram para não fazer a análise
339 e portanto teria que ser feita a solicitação novamente. Todos os 20 (vinte) conselheiros
340 presentes no momento da votação votaram a favor da criação do GT, sendo eles:
341 Newton Eleutério, Eduardo, Juvenal, Priscila Magne, Giovanna, Rafaela, Sergio Luis,
342 Renato Pizol, Fábio Zincone, Laene, Marcos Vinicius, Luiz Renato, José Edilberto,
343 Kelly, Irineia, Ana Paula, Claudio Lima, João Luiz, Valnei e Claudiomir. Após o
344 resultado da votação, passou-se a discutir o **Item III. Considerações acerca do**
345 **acompanhamento do caso das denúncias de contaminação no corpo hídrico no**
346 **município de Santa Rita de Caldas e da denúncia ao entorno da INB:** O convidado
347 Luiz Antônio explicou sobre a rotina, os procedimentos e as melhorias que adotaram na
348 fábrica após terem recebido as denúncias e disse que a indústria está trabalhando em
349 conformidade com as leis ambientais e que fizeram todos os ajustes necessários para
350 a regularização da mesma conforme as orientações da FIEMG e da Polícia Ambiental,
351 a qual elogiou bastante o trabalho de visitas e orientação ao pessoal e ao empresário
352 no sentido de estar sempre buscando melhorias. Frisou novamente que a empresa
353 está aberta a estas visitas e que apesar de ser uma micro empresa, possui o
354 mesmo trabalho de uma empresa grande, nas devidas proporções. Novamente se
355 colocou à disposição para prestar este bom serviço. O presidente parabenizou a
356 disponibilidade e transparência e pelo trabalho da Laene neste caso e passou a palavra
357 à Laene que complementou a fala do Luiz Antônio e disse que o apoio da FIEMG não é
358 o de fazer projeto técnico e de assinar pela empresa. Fazem a parte de
359 acompanhamento da empresa, de verificação de legislação, de licenciamento, etc.
360 então se colocaram à disposição da empresa para ajudá-los nesta regularização.
361 Reforçou o comentário dele que a empresa se regularizou desde o último incidente.
362 Então agora por parte da FIEMG, ela fará o acompanhamento também da empresa que
363 solicitou a ajuda da FIEMG no último mês. Rogério agradeceu a disponibilidade dele e
364 da empresa e agradeceu também a Laene por ter auxiliado ambos os lados e disse que
365 o comitê está aberto para ouvir a todos. Edilberto tomou a palavra e aconselhou o Luiz
366 Antônio a estreitar as relações com os vizinhos da empresa, uma vez que estes são os
367 principais fiscais do meio ambiente no arredor de suas casas e que é necessário
368 manter um bom relacionamento com a vizinhança. Em sequência, foi colocado o caso
369 da INB. Leandro apresentou os encaminhamentos feitos pela NARP a respeito do fato,

370 falando que eles tiveram acesso a todos os processos que correm naquela promotoria
371 apenas no começo deste ano e que enviaram o ofício 010/2021 ao promotor de Santa
372 Rita de Caldas, onde leu o conteúdo do mesmo: “Constatamos, com conhecimento da
373 Secretaria, que os fatos ocorridos desde 2014, com aumento da mesma empresa no
374 mesmo local, que existe um processo de número 0015760 – 63.2016.8130592 nessa
375 comarca. Segue anexo as fotos do processo, bem como todas as fotos da casa a partir
376 do dia 21/08/2014, fotos estas iguais às fotos recentemente tiradas, com as mesmas
377 imagens e no mesmo local. Foi também informado por essa promotoria ter havido uma
378 outra denúncia contra a empresa do Sr. José Pereira Ribeiro, inquérito civil instaurado
379 pela Promotoria 056214.000033-8, onde houve a celebração de um pacto, o que
380 visivelmente não foi cumprido, senão os fatos não estariam acontecendo até os dias de
381 hoje. No dia 18/09/2020, a NARP foi procurada pelo Sr. Paulo Fonseca, que é hoje
382 proprietário do sítio anteriormente pertencente ao Sr. Mauro Fábio para denunciar os
383 descartes de um volume de batatas Minas Fritas. Fomos chamados no local, fizemos
384 as fotos, vimos as fotos e vídeos e encaminhamos à denúncia junto ao comitê de bacia,
385 o qual acionou a PM ambiental para apurar os fatos. Esta foi ao local e trouxe as
386 devidas anotações e mostrou ao Comitê no dia 01/10/2020, onde constatou o descarte
387 no rio e onde a empresa foi autuada. Passados alguns dias, voltou a nos procurar e
388 informou mais duas sequências de descartes após essa vistoria. Por fim, no último dia
389 29/01, fomos mais uma vez procurados pelo Sr. Paulo da Fonseca para reatar mais
390 descarte no rio. Fomos ao local, tiramos a foto e fizemos vídeos. A NARP informou
391 diretamente naquele momento pelo telefone à Polícia Militar Ambiental de Poços de
392 Caldas, a qual seguiu mais uma vez para a verificação dos fatos. Aguardamos dessa
393 Promotoria informações sobre os fatos acima elencados e aguardamos e estamos à
394 disposição para qualquer esclarecimento dos fatos. Estamos à disposição todos
395 envolvidos e moradores abaixo que relataram e sofreram e sofrem com o caso. Diante
396 disso, elevamos nossos protestos de estima e apreço e aguardamos as próximas
397 etapas.” Ângela tomou a palavra e pontuou a análise enviada pela CNEM sobre a
398 coleta de água, feita por uma moradora, e ressaltou que o papel com índices não quer
399 dizer nada sobre aquele acontecimento. Voltou à proposta de reuniões anteriores,
400 sobre o Comitê se organizar para incentivar a criação de um grupo de
401 acompanhamento de pessoas que moram nos pontos críticos e arredores dos dois
402 municípios citados (Santa Rita de Caldas e Caldas) e pediu que convidassem um
403 técnico da CNEM para explicar quais os parâmetros foram analisados, o porquê foram
404 analisados e quais os índices de admissibilidade dos mesmos. Rogério pediu
405 desculpas à plenária por não ter convidado o técnico para esta reunião e Juvenal
406 interveio que o passo mais simples seria o Comitê oficial à CNEM estas colocações
407 que a Ângela fez. Edilberto concordou com o Juvenal e disse que temas como este são
408 muito importantes para Poços de Caldas, que qualquer registro é válido. O presidente
409 Rogério disse que ia solicitar por ofício um calendário das reuniões ordinárias das CTs
410 e dos GTs para acompanhamento deste caso, para ter esta abordagem e não

411 acontecer de cair no esquecimento. Edilberto reforçou que tem que ser dada a
412 continuidade dos processos, apesar da mudança de gestão e pediu para solicitar ao
413 conselheiro Paulo para enviar tudo que ele tem, todos os acompanhamentos e
414 providências que foram tomadas. Ao final, Edilberto propôs chamar o Fernando,
415 gerente criador de desmobilização da INB, para ele atualizar o comitê sobre todo o
416 processo e para buscar no site da Pref. de Ouro Fino e incluir esta questão da análise.
417 Ângela concordou com as duas propostas, a do Edilberto e a do Juvenal, de fazer o
418 ofício. Juvenal complementou, sugerindo abrir uma pasta sobre este caso na INB com
419 todos os documentos assinados e por escrito sobre a INB pois isto é muito mais efetivo
420 do que apresentações que normalmente não ficam registradas. Valnei disse que o
421 preocupante também é o impacto econômico que isto já está causando nesta área,
422 pois muitos moradores já estão vendendo suas propriedades, profissionais tem
423 recusado a morar ali, o que está causando enormes prejuízos financeiros. Então não é
424 só a água que deve ser analisada, mas também outros produtos da região, como leite e
425 carne, antes que isto provoque um impacto econômico geral. E que teria que ser feita
426 uma ação conjunta com o Governo Federal, um envelopamento dos rejeitos, etc.
427 Ângela parabenizou Valnei sobre a sua colocação, pois lembrou que estas questões
428 que geram impacto econômico, são realmente importantes, que não é só a questão da
429 água, mas de todo ciclo produtivo envolvido. O presidente Rogério reiterou que vai
430 enviar o ofício e convidar o representante da INB para fazer todos os questionamentos
431 e também solicitou que, se alguém tiver algum material de estudo sobre isto, para
432 passar para o GT. Valnei tomou a palavra e disse que percebe que a consciência da
433 população já está elevada e a maior dificuldade que existe é a financeira mas que as
434 pessoas envolvidas vão procurar assessoria nas universidades para coleta da água, do
435 leite, da carne e logo eles vão começar a recusar produtos agrícolas e outros da região,
436 o que reforça o grande impacto econômico. O presidente Rogério agradeceu a
437 participação e propôs passar para o próximo **Item IV - Questionamento sobre quais**
438 **as análises de agrotóxicos são feitas na área de atuação deste comitê de bacias**
439 **Mogi-Pardo a respeito dos agrotóxicos** e pediu ao Edilberto para falar sobre este
440 item. Edilberto sugeriu deixar este item para a próxima reunião e por fim, devido ao
441 horário, todos concordaram que seria melhor deixar este item e o **Item VI - Discussão**
442 **sobre o Plano Diretor de Recursos Hídricos** também para a próxima reunião.
443 Portanto, o presidente Rogério convidou a conselheira Ângela para apresentar o seu
444 trabalho sobre a cobrança e assim iniciou-se o **Item VIII - Assuntos Gerais**: Juvenal
445 sugeriu que a Ângela enviasse o material para todos e Laene lembrou que nada
446 impede do Comitê fazer uma extraordinária para diminuir as pautas, já que as mesmas
447 demandam muita discussão. O presidente Rogério concordou e abordou outros
448 assuntos extras do comitê como a questão dos móveis que irão do Instituto Federal
449 para a sala que foi cedida para o comitê no prédio do IEF e também a questão das
450 substituições de conselheiros devido à faltas nas reuniões, como é o caso da SEMAD,
451 da Danone, do DMAE de Ouro Fino e do Corpo de Bombeiros, onde estão sendo

452 enviados ofícios para notificar as entidades. Falou também sobre a reunião do FMCBH
453 do dia 10/02/2021 onde está sendo revisada a DN 52 e será necessário reformular o RI
454 do Comitê, após a reformulação da DN 52 para readequar. Laene lembrou que a
455 intenção é votar esta DN52, alterar o RI antes da próxima eleição que é em junho/2021.
456 Mas que ainda tem três plenárias para passar e só depois será analisado. O presidente
457 Rogério lembrou que isto seria trabalho para um outro GT com o apoio do IGAM. O
458 presidente também lembrou o resultado da avaliação do comitê, das respostas da auto
459 avaliação que foram enviadas para todos em dezembro/2020. Edilberto refletiu que a
460 média de 3.15 não reflete a realidade do Comitê pois não foi levado em consideração o
461 volume de trabalho e as grandes responsabilidades do Comitê. E pediu mais
462 engajamento e envolvimento de todos nesta questão. Logo após, a conselheira Ângela
463 iniciou a sua apresentação com a DN 66 de 2020 que mexe muito com as estruturas
464 das bacias hidrográficas, e falou sobre as unidades estratégicas de gestão (UEG) que
465 são regiões hidrográficas com características comuns ou similares de usos, demandas
466 para os fins de gestão. E frisou a importância de entender sobre o planejamento de
467 gestão e a questão da cobrança. Disse que todos os instrumentos de gestão terão
468 critérios regionalizados considerando estas unidades. Então estas UEG são
469 subdivididas em circunscrições hidrográficas, que são as antigas unidades de
470 planejamento, o que significa que teremos mais um comitê de bacia dentro da nossa
471 UEG. Lembra que antes de constituir uma cobrança, esta cobrança poderá estar
472 generalizada para toda esta UEG. Este planejamento será todo dirigido e considerado
473 para as questões dos instrumentos de gestão que seriam cobrança, outorga e os
474 demais. Falou também sobre o curso de capacitação online oferecido pelo IGAM e
475 ofereceu a apostila para quem tiver interesse. O próximo item foi o Decreto nº 47860,
476 no qual pontuou que a cobrança pelos recursos hídricos possui natureza jurídica de
477 interesse público, mas que o fato gerador é uso outorgado da água. A cobrança vai se
478 basear em cima do instrumento de gestão que é a outorga. Lembrou sobre o
479 lançamento de corpos de água e demais efluentes líquidos e gasosos, potenciais
480 hidrelétricos e tudo que depende de alguma regulamentação. Destacou que o
481 Conselho Estadual estabelecerá no prazo de um ano (vencendo dia 07/02/2021) as
482 diretrizes gerais para a metodologia de cálculo e a fixação de preços a serem adotados
483 nas bacias hidrográficas de rios do domínio do estado e acordo com a lei 13199. No
484 nosso caso os principais rios são federais, o Mogi-Guaçu, o Pardo, o Lambari, o
485 Guaxupé. Então esta cobrança será feita pela União e deve estar fora do nosso
486 orçamento. O Conselho Estadual vai publicar normas e metodologias para só então,
487 depois de um ano, podermos enviar uma proposta para a agência de cobrança e
488 também uma proposta para a agência de bacia hidrográfica. Então tem que se ficar
489 atento à estas normas. Falou um pouco sobre o programa 7.1. do Plano Diretor que
490 oferece propostas de agência para bacia, que terão duas propostas de arranjo
491 institucional. Então não adianta enviar uma proposta de cobrança se não tem uma
492 proposta de agência. Sendo um modelo federal ou uma agência estadual, ambos com

493 seus escritórios em todas as circunscrições hidrográficas. Em relação aos cálculos do
494 IGAM realizados em 2010, Ângela seguindo a apresentação de slides, explica que o
495 valor de R\$90.783,00 é referente à arrecadação e disponível o valor de R\$7.565,00
496 mensalmente a fim de manter a agência, o que é inviável, ainda que seja considerada
497 toda a bacia, pois ainda assim o recurso ficaria muito limitado, uma vez que a agência
498 deve ter técnicos, estrutura complexa que atenda a parte administrativa, jurídica, entre
499 outras. Logo, para ela, é necessário que tenha uma agência que tenha o maior número
500 possível de outros comitês ou de outras circunscrições hidrográficas a fim de
501 proporcionar o devido suporte para a criação da agência. Diante do exposto, Ângela
502 descarta a proposta de ter apenas uma agência para o comitê de Bacia Mogi/Pardo.
503 Ainda em seu momento de fala, Ângela defende que é necessário fazer uso das CTs,
504 sendo necessário primeiramente estudar o Plano Diretor, e posteriormente esperar o
505 Conselho Estadual dar continuidade. Abordou ainda que o instrumento de cobrança
506 está ligado à outorga e que deve-se respeitar as instâncias. Em relação à cobrança,
507 será encaminhada para a CT de Outorga, após para a CT do Meio Ambiente e após
508 para a plenária, e pediu para o Eduardo pontuar sobre a questão de datas. E ainda
509 lembrou que o instrumento de cobrança está ligado a outorga. E que assuntos de
510 Comitê devem ser tratados no Comitê, através das câmaras, para só depois de
511 esgotadas as possibilidades, criar um GT. Por fim ela agradeceu e disse que isto foi só
512 uma introdução. O presidente Rogério lembrou que a vantagem do GT seria envolver
513 outras pessoas no processo. Eduardo respondeu dizendo que as questões de
514 cobranças apresentadas por Ângela, são questões vivenciadas em todo o país, não
515 sendo um problema enfrentado apenas pelo estado de Minas Gerais. Que há um bom
516 embasamento técnico e político desta situação para encaminhar ao Comitê, razão pela
517 qual o processo está sendo feito com todos os Comitês juntos. Que a questão
518 relacionada à UEG trata-se de uma questão do Estado, não exclusivamente do Comitê,
519 cabendo ao Estado planejar e olhar para as regiões e macro regiões de bacias.
520 Eduardo finaliza a sua fala dizendo que já existe encaminhamento do que foi discutido
521 na cobrança para todos os GTs e para as CTs de Outorga de Comitês para que estes
522 comecem juntos e pediu para a Laene falar sobre isto. Laene lembrou que a ideia é
523 que Robson capacite todas as CTs de outorga e comece a discussão dentro desta. A
524 mesma se propõe a levar o material com o conteúdo discutido neste grupo de trabalho,
525 para conhecimento da CT, e a partir disto, a CT possa trabalhar com mais informações;
526 que o material já foi discutido no Conselho Estadual e este já possui algumas diretrizes
527 sobre a forma de cobrança e as fórmulas (que possuem muitas variantes, o que
528 dificulta na hora de fazer os cálculos); que o PJ não entra na questão das cobranças,
529 uma vez que já tem a sua própria, não entrando na questão da bacia, ainda que seja
530 agência de bacia comunitária. Ângela diz que os conselheiros escolhidos para
531 representar não apresentaram nenhum relatório ou comunicação a este comitê, logo,
532 quer que haja um representante que além de representar, os relate sobre questões
533 como os prazos, por exemplo. Ainda em sua fala, levanta a questão que o plano diretor

534 possui duas alternativas que podem ser consideradas. Sendo o tema de agência,
535 relacionado à cobrança, uma vez que se não houver dinheiro para sustentar uma
536 agência, é inviável ter um monitoramento, que também dependem do recurso. Por fim,
537 agradeceu a Laene pela disposição e pontuou que não é correto o representante
538 escolhido não reportar. O plano diretor já teria que ser revisto, mas ele depende de
539 cobrança. E reforça que o Estado pode ter outra proposta de agência. Eduardo diz que
540 as coisas estão acontecendo de fato, mas que não mudou muito a situação na bacia,
541 pois o plano tem mais ou menos 20 anos de vida útil e o nosso está na metade do
542 tempo e a previsão é que seja feita a revisão de 4 em 4 ou de 5 em 5 anos. Então a
543 cobrança deve vir nos mesmos moldes e já houve um avanço nestes 15 anos de
544 fórmulas, de compreensão do processo sócio econômico, ambiental, da
545 sustentabilidade econômica da agência e com certeza estamos chegando muito bem
546 amparados e o IGAM vai convocar a câmara técnica para capacitação e só não se
547 pode perder de vista e de prazo de recompor quem está representando o comitê dentro
548 do GT de cobrança. Juvenal sugeriu que semanalmente a diretoria deve se reunir,
549 passar prioridades, delegar as tarefas a quem é de direito, câmaras e GT para não
550 acumular. Que já deu para ver que tem muitas frentes, pessoal sendo capacitado,
551 Laene, Edilberto e Ângela participam das questão do Grande, e que devemos verificar
552 a questão da composição do comitê, o RI, estrutura e desempenhar estas novas
553 tarefas. Agradeceu a Ângela por ter levantando esta questão. Por fim, o presidente
554 Rogério pediu a Laene para encaminhar o material para a CT e disse que vai marcar a
555 primeira reunião da CT e independente disto, que vamos voltar a falar deste assunto
556 com mais informações e mais tempo. Nada mais havendo a tratar, a 1ª Reunião
557 Ordinária do CBH Mogi/Pardo (GD6) foi encerrada às 13h30min.